FIOCRUZ

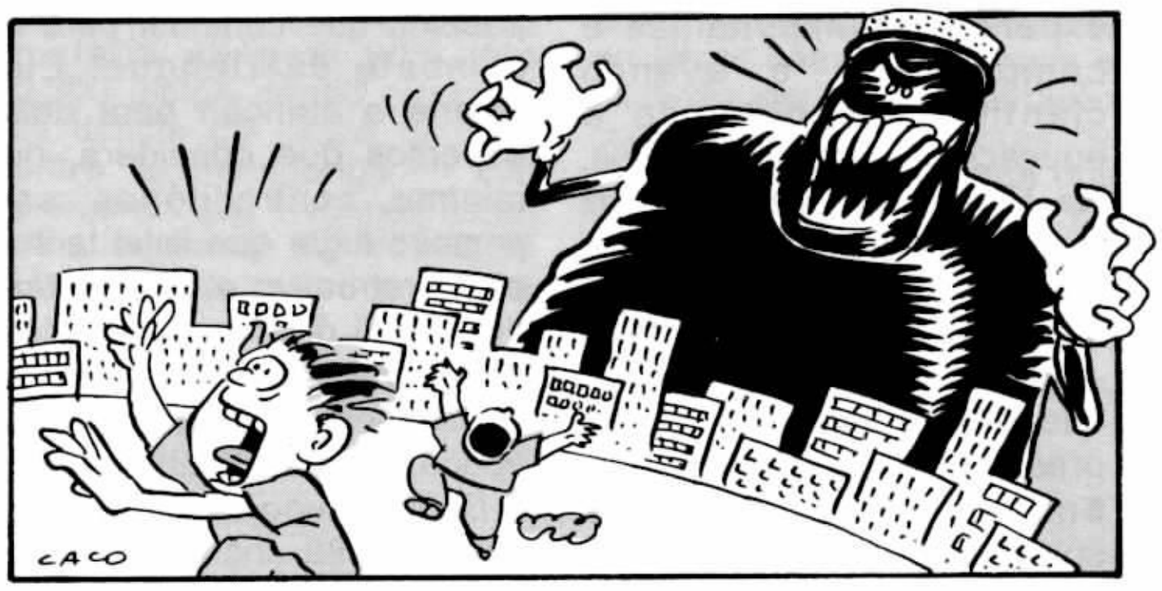
súmula 40

radis
REUNIÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ — MANGUINHOS ANO VIII • MARÇO • 1991

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

SEM REMÉDIO PARA A FOME DE LUCRO



Os aumentos abusivos praticados pela indústria farmacêutica no Brasil voltaram a ocupar com estardalhaço as manchetes e primeiras páginas dos principais veículos de comunicação, levando o Ministério da Saúde a anunciar que encaminharia aos Ministérios da Economia e da Justiça pedidos de medidas punitivas com base na legislação anti–cartel, além de ameaçar com a permanência da atual legislação que não reconhece patentes nessa área.

Os aumentos — que ficaram entre 500% e 4.000% — surpreenderam até mesmo os renitentes defensores do livre mercado e da liberdade de preços, já que todos os números disponíveis indicavam que os preços praticados até a data da liberação remuneravam adequadamente a produção, pois vinham sendo ajustados periodicamente e nenhuma das empresas farmacêuticas havia falido com o controle que existia. Seus balanços indicavam freqüentemente prejuízo ou nenhum ganho, dado não considerado verdadeiro por qualquer cidadão de inteligência mediana, pois se não há lucros numa empresa regida estritamente nos marcos de uma economia capitalista, ela simplesmente fecha as portas ou se transfere para mercados mais atraentes.

Mais surpreendente que os aumentos extorsivos, foi a imediata predisposição desses laboratórios de retornar aos preços originais, como se o consumidor, a economia do País e a própria vida de pacientes que dependiam de seus remédios pudessem ficar flutuando ao sabor de sua ousadia na busca de lucros adicionais.

Para se ter uma idéia da repercussão desses constantes aumentos na saúde da população, a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro denunciou que mais de 50% dos casos de reinternação hospitalar são fruto de abandono do tratamento e que 80% dos pacientes em alta hospitalar não têm condições de continuar adequadamente seus tratamentos pela impossibilidade de adquirir os medicamentos prescritos pelos médicos.

Balancetes mascaram remessa de lucros

Para Rogério Cerqueira Leite, Presidente da Companhia de Desenvolvimento Tecnológico (Codetec) e professor da Universidade de Campinas (Unicamp), os aumentos abusivos praticados pela indústria farmacêutica só surpreenderam aqueles "que não conhecem a prática universal do setor e a sua tradição de cartelização transnacional". Ele citou uma afirmação de Ernesto Ramon, Presidente da Dow Química, uma das maiores indústrias do setor, segundo o qual "as características desta indústria no mundo ocidental, incluindo o Japão, são claramente oligopolísticas", para reforçar sua opinião.

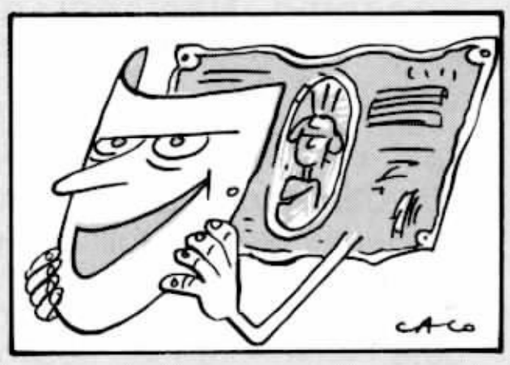
Em relação aos constantes prejuízos ou lucro zero constantes dos balanços destas empresas instaladas no Brasil, Rogério Cerqueira Leite é enfático:

— Todo mundo sabe que a remessa de lucros para as matrizes dessas empresas, instaladas em seus países de origem, sempre foi embutida na importação de insumos.

Segundo ele, ao comprar matéria–prima de suas próprias matrizes no exterior, as indústrias aqui instaladas pagam valores imensamente superiores ao custo real, fazendo com que seu lucro fique mascarado por um alto custo na verdade inexistente.

Para comprovar essa afirmação, ele apresentou números:

— Em 1978, a filial inglesa da Hoffman La Roche vendia



a 437 libras o quilograma de Librium e 979 libras o quilograma de Vallium, enquanto na Itália os preços correntes para as duas substâncias comercializadas eram nove e 20 libras por quilograma, respectivamente. Esses dados são de "The Monopolies Comission". Como se vê, lucros de 4.000% são naturais para este cartel. A Roche reconheceu que não existia nenhuma relação entre custos e preços e este último era determinado pela capacidade e disposição do mercado para pagar, ou seja, um doente de câncer procurando evitar a morte pagaria o que a indústria exigisse.

"Para controlar os preços no setor farmacêutico, finaliza Rogério Cerqueira Leite, até a Inglaterra, considerada um paraíso da economia liberal fundado por Margareth Thatcher, estipulou um máximo de 17% para os lucros no setor, incluindo a remuneração de capital e provimento para crescimento. Já o Congresso americano também tem direito de cassar patentes quando estas configurarem instrumento monopolístico ou de excesso de lucro".

DEMOCRATIZAÇÃO

BANCO MOSTRA COMO VAI A SAÚDE NO PAÍS

Secretarias estaduais de saúde, universidades, pesquisadores — como os da Fundação Oswaldo Cruz — e outros órgãos da sociedade civil já estão trabalhando com as informações sobre o quadro de saúde do País fornecidas pelo Síntese (Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas), principal banco de dados da Previdência Social.

Aliás, para obter informações que já foram tratadas como verdadeiro segredo de Estado, qualquer cidadão pode utilizar o sistema criado em 1980 pela diretoria de saúde da Dataprev, a Datasus, através de microcomputadores conectados a um computador de grande porte ou simplesmente, pela Rede Nacional de Telex. Com a criação do SUS (Sistema ùnico de Saúde) o Síntese foi democratizado e, na nova estrutura administrativa, passou a integrar a Fundação Nacional de Saúde.

BUTANTÃ

FUNDAÇÃO ADMINISTRA VERBAS E PROJETOS

O Instituto Butantã, vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, está implementando as atividades da Fundação Butantã, criada há um ano para administrar a receita gerada com a venda de vacinas e soros para tratamento contra picada de animais peçonhentos, aplicando–a internamente em projetos de pesquisa. Willy Beçak, diretor do Butantã, considera que o montante de Cr$ 618 milhões, previstos para este ano com a venda de vacinas e soros ao Ministério da Saúde, "tem que ser duplicado". Ele está em negociações com o Ministério e diz que os preços destes produtos foram corrigidos em apenas 90%, desde fevereiro de 1990, muito abaixo da inflação do período.

PESQUISA

A APOSENTADORIA IMERECIDA

Prevista na Constituição, regulamentada pela Lei 8.112/90, que criou o Regime Jurídico Unico para os servidores públicos, e implementada a partir da Orientação Normativa nº 6/90, da Secretaria de Administração, a aposentadoria compulsória dos servidores aos 70 anos de idade cria nos institutos de pesquisa e ensino situações que podem paralisar experiências importantes e comprometer o avanço científico, tecnológico e educacional em nosso País. Na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por exemplo, a medida atingiu oito dos 10 cientistas cassados em 1970 — dois deles já morreram —, que retornaram à instituição. A presidência da Fiocruz está empenhada na busca de soluções que evitem o afastamento dos renomados cientistas, que desenvolvem importantes pesquisas que seriam interrompidas com sua saída.

Um dos atingidos, o entomologista Sebastião de Oliveira, 72 anos, chefia o grupo que está detectando larvas de mosquitos nas bromélias e listando todas as espécies de mosquitos no Rio, trabalho que contribui para o combate da Dengue. Ele chama a atenção para dois aspectos que considera, no mínimo, contraditórios: em primeiro lugar que a lei tenha efeito retroativo e, em segundo, o fato de que alguns dos que voltaram à Fiocruz, há cinco anos, já tinham, aquela época, mais de 70 anos, como o Doutor Hugo Souza Lopes, hoje com 82 anos, que retornou aos 78. ▼

EFICIÊNCIA

ESTUDO PROPÕE CONTROLE NA PESQUISA

A destinação de verbas fixas para os institutos de pesquisa públicos com acompanhamento dos resultados é a proposta apresentada — sob a expressão **Contratos de gestão** —, em estudo realizado pelo coordenador da divisão de economia e engenharia de sistemas do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), de São Paulo, Milton de Abreu Campanário, que também é professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP).

Campanário considera que, a partir do momento em que as receitas forem determinadas antes dos gastos, a eficiência dos institutos dependerá exclusivamente de sua gestão interna. Também acha que, com essas alterações, o crescimento dos institutos dependerá da obtenção de recursos próprios e as atividades informais de pesquisas, "que nem sempre acompanham o modelo orçamentário em uso, deverão ser então definidas".

ENTREVISTA

Fernando Pires

O BRASIL PRECISA DESTES CÉREBROS

— A presidência da Fundação Oswaldo Cruz está mantendo gestões diretas com o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Jacob Gerhard, no sentido de que o órgão conceda bolsas destinadas à categoria de aposentados, solicitadas por nossos pesquisadores. Apesar de aposentados por determinação da lei, nossos renomados cientistas continuam em seus laboratórios (sem receber salários), prosseguindo as experiências

que vinham desenvolvendo, afirmou o Vice–Presidente de Controle de Qualidade e Meio Ambiente da Fiocruz, Fernando Pires.

Ele observou, ainda, que "a comunidade de Manguinhos tem consciência do retrocesso na ciência que seria provocado pelo afastamento de seus cientistas, que desenvolvem importantes pesquisas neste momento, são orientadores de teses, formadores de recursos humanos e membros de organismos nacionais e internacionais, como o CNPq e a Organização Mundial de Saúde (OMS). O próprio presidente da CNPq, que é membro do Conselho Técnico Científico da Fiocruz, tem perfeita clareza desta situação", finalizou Fernando Pires.

radis
REUNIÃO ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE
súmula

SÚMULA é um órgão oficial da Fundação Oswaldo Cruz editado pelo Programa RADIS — Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp).
Presidente da Fiocruz: Herman Schatzmeyr; **Diretor da Ensp**: Paulo Marchiori Buss.
Edição: Álvaro Nascimento; **Jornalistas Redatores**: Rogério Lannes e Jane Paiva; **Jornalista Ilustrador**: CarloXavier (Caco); **Administração**: Jandira Vilhena; **Aux. Administrativos**: Marisa Aguiar e Marcos Antônio Aguiar; **Banco de Notícias**: Thereza Velloso; **Banco de Dados**: Luiz Cláudio Carvalho.
Tiragem: 40 mil exemplares; **Periodicidade**: Mensal; **Distribuição**: Direta, via correios. **Assinatura**: Grátis, em conjunto com TEMA, DADOS e PROPOSTA — Jornal da Reforma Sanitária.
PROGRAMA RADIS: Av. Brasil, 4036 — salas 509/510/511/513/515 — CEP. 21040 — Manguinhos — Rio de Janeiro (RJ) — **Tel.** (021) 2607979 e 5909122 Ramais 286/288 e 297.
SÚMULA é uma publicação destinada a oferecer um resumo comentado das principais notícias veiculadas na imprensa nacional. As fontes nas quais se baseia são os jornais **O Globo, Jornal do Brasil, ùltima Hora, Tribuna da Imprensa, O Dia, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Gazeta Mercantil, além das revistas Veja, Isto É/Senhor e Ciência Hoje**, cujas matérias são coletadas pela **Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz**.

INFANTICÍDIO

REPERCUTE DENÚNCIA DOS ASSASSINATOS

O Governo Federal deverá colocar em prática, de imediato, o Programa Nacional de Combate à Violência contra a Criança e o Adolescente, elaborado pelo Ministério da Criança. O programa, já encaminhado ao Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, propõe ações integradas da sociedade e dos governos Federal e estaduais contra a agressão e o extermínio de menores, prevendo, entre outras medidas, a reciclagem das polícias estaduais, a criação do Conselho Nacional da Criança e o acompanhamento dos casos contra menores por um Delegado e um Promotor específicos em cada estado.

Vem tendo grande repercussão nos mais variados segmentos da sociedade brasileira e, inclusive, no exterior, a denúncia do Ministro da Saúde, Alceni Guerra, que passou a acumular o Ministério da Criança, sobre o envolvimento de empresários no extermínio de menores carentes — meninos e meninas de rua —, principalmente na Baixada Fluminense. O Governo do Estado do Rio afirma que "os culpados irão para a cadeia como qualquer criminoso comum".

O assunto não é novo, denúncias neste sentido foram feitas até por organismos internacionais e motivaram alguns documentos fora e dentro do País, como o assinado pela Associação Fluminense de Educação e 48 instituições de ensino e pesquisa, segundo o qual somente em Caxias, em 1988, 164 crianças foram assassinadas.

MORTE NA SELVA

NEM O GENERAL CUSTER FARIA MELHOR

Denunciando que 1,6 mil índios morreram de malária e tuberculose nos últimos três anos, após o contato com garimpeiros e madeireiros, a regional norte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que engloba as dioceses de Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre, vai divulgar documento durante a Páscoa. Os ianomamis que vivem na região da Serra dos Surucucus (380 km a oeste de Boa Vista), em Roraima, são os mais afetados. Ali os casos de malária atingem 50% dos 9.300 índios, sendo grande a incidência de casos também entre os miongongs — 200 indígenas que vivem numa aldeia localizada na floresta de Uaicás, na fronteira com a Venezuela. Além disso, seis mortes em conseqüência da malária já foram registradas nas áreas indígenas dos Ingaricos, Wapixanas e Makuxis.

Segundo o diretor do Conselho Indígena de Roraima, Silvestre Leocádio, foram registrados nestas áreas 500 casos de índios com malária, 500 com tuberculose e 400 com doenças venéreas. As doenças teriam sido contraídas após contato com sete mil garimpeiros que invadiram áreas indígenas das fronteiras do Brasil com a Venezuela e Guianas, depois da destruição com dinamite das pistas de pouso de aviões na área dos ianomamis. A população indígena nas três localidades é de 35 mil pessoas.

CONDIÇÕES DE VIDA

NO RIO, FAVELADOS SOMAM 1,5 MILHÃO

"O Município do Rio de Janeiro se constitui em duas cidades diferentes convivendo: uma formal e outra, informal", admite o Secretário Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, Luiz Paulo Corrêa da Rocha, revelando que quase um quarto da população carioca — cerca de 1,5 milhão de pessoas — vive em 480 favelas e 500 loteamentos irregulares. Na sua opinião, a legislação urbanística tem que permitir a construção de casas com compartimentos menores, em vilas, para beneficiar a população de baixa renda. Por isso, insiste na mudança do Código de Obras, que, segundo ele, "atende apenas à classe de maior poder aquisitivo".

ENTREVISTA

Adir Ben Kauss

DÉFICIT É DE 500 MIL CASAS

A distribuição de lotes urbanizados às famílias de baixa renda, com assessoria de escritórios técnicos de apoio e garantia de subsídios para materiais básicos de construção são algumas das propostas do Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil — Sessão Rio de Janeiro (IAB/RJ), Adir Ben Kauss, levando em conta a existência, segundo ele, de um **déficit** habitacional de pelo menos 500 mil casas populares no Município do Rio de Janeiro. O arquiteto considera que uma das primeiras iniciativas do Governo Municipal, objetivando resolver a crise urbana, garantindo acesso à terra às camadas mais pobres, deve ser o cadastramento das áreas disponíveis, criando uma espécie de **banco de terras**. Propõe, também, a regularização fundiária das áreas públicas invadidas, mediante a distribuição de títulos de posse.

Observando que "os projetos habitacionais prontos e acabados são autoritários, além de caros e conseqüentemente inviáveis para países do Terceiro Mundo como o nosso, Adir Ben Kauss defende que, mediante a garantia de uma infra-estrutura básica, principalmente no que diz respeito a saneamento, as comunidades tenham oportunidade de desenvolver no plano habitacional projetos que levem em conta seu processo criativo, associativo e comunitário. "Isso não quer dizer que não se possa ter alguns projetos de habitações prontos, preferencialmente junto com sindicatos classistas e outras entidades".

Concordando com a avaliação feita pelo Secretário Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, o presidente da IAB/RJ considera fundamental a mobilização de arquitetos, urbanistas, sanitaristas, sociólogos, entre outros setores, na formulação de novas posturas, que a seu ver, incluem a simplificação do Código de Obras e sua adaptação ao quadro existente, que vem sendo constatado no processo de elaboração do Plano Diretor do Rio, encaminhado por aquela Secretaria, com participação do Instituto.

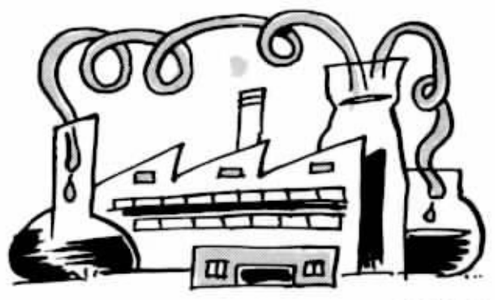
Relacionando a crise habitacional do Rio, assim como de outros centros urbanos, à situação econômica do País, à superconcentração de renda e ao processo de desarticulação entre as cidades e o campo, Adir Ban Kauss frisou:

— Resolver a crise urbana passa, necessariamente, por reformas de base que assegurem ao homem uma vida boa e digna no campo. Sem reforma agrária não há como neutralizar a pressão migratória e as conseqüências dela, como a crise habitacional nos centros urbanos. Só para se ter uma vaga idéia, há 30 anos, tínhamos 70% da população concentrada no campo e apenas 30% nas cidades. Hoje a realidade é exatamente o oposto: 70% da população estão nas cidades e 30% nos campos.

HEMODERIVADOS

SP TERÁ PRIMEIRA FÁBRICA PÚBLICA

Começa a operar no final do próximo ano, em São Paulo, a primeira indústria pública produtora de hemoderivados no País. Com uma produção inicial de 100 mil litros de plasma por ano, sua capacidade deve chegar em três anos à produção anual de 400 mil litros, atendendo cerca da metade das necessidades nacionais



de fatores de coagulação e albumina humana.

AIDS I

BRASIL PODERÁ TER 25 MIL DOENTES EM 91

Mais sete mil casos de Aids no mundo foram notificados, em dezembro, à Organização Mundial de Saúde (OMS), elevando o total de registros para 314.160 casos. Os Estados Unidos permanecem como o país mais afetado, com 154.791 doentes, Uganda é o segundo, com 17.422, Brasil o terceiro, com 14.549 e o quarto é o Zaire, com 11.732. Em seguida estão a França (9.718) e Quênia (9.139). Bangladesh notificou o primeiro caso no último mês de 1990.

Considerando os 732 novos casos registrados no Brasil, que elevaram o total para 14.549, o chefe da Divisão de Doenças Sexualmente Transmissíveis do Ministé-rio da Saúde, revelou que a pre-visão é de que, até o final de 1991, de 25 a 30 mil brasileiros estarão doentes.

AIDS II

18% DOS MENINOS DE RUA NO RIO INFECTADOS

Até 5 de dezembro do ano passado foram registrados no Rio de Janeiro 2.438 casos de Aids entre os meninos de Rua, o que significa quase 18% do total dos casos em todo o País, revelou o médico Alvaro Matida, diretor da Divisão de Doenças Sexualmente Transmissíveis — Aids —, da Secretaria Estadual de Saúde. Em Brasília também é grande o número de casos de Aids entre os meninos de rua, segundo dados da Comissão Especial para Implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

AIDS III

MEDO JÁ ATINGE 71% DAS PESSOAS

O medo da Aids aumentou nos últimos três anos, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Data-Folha, no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Recife. O Instituto ouviu 2.533 pessoas nas quatro capitais e apurou que 71% dos entrevistados têm medo de contrair a doença, constatando que o fato dela ser incurável e levar à morte é o que mais atemoriza as pessoas. Em dezembro de 85, quando o número de casos notificados não chegava a 350, metade dos entrevistados em outra pesquisa do órgão dizia ter medo da doença. Em fevereiro de 87, essa percentagem já era de 67%.

De lá para cá, conforme dados do Ministério da Saúde, o número de casos notificados, chegou a 14.549 (até o final de 1990). Além de constatar o crescimento do medo em relação à doença, a pesquisa revela também que 35% dos entrevistados disseram ter mudado seus hábitos sexuais. Na pesquisa anterior, apenas 21% admitiram mudança de comportamento por causa da Aids.

AIDS IV

VACINA É TESTADA COM SUCESSO

Resultados do teste realizado em 1988 por pesquisadores americanos da Pensilvânia com 36 voluntários de seis diferentes hospitais e publicados na última edição de "Annals of Internal Medicine", indicam que a vacina experimental contra a Aids — Vaxsyn — provocou o surgimento de anticorpos para o vírus HIV e estimulou a produção de linfócitos T4 (chamados linfócitos auxiliares, principais alvos dos microorganismo e que funcionam como comandante da resposta imunológica). A vacina é produzida a partir de uma proteína sintética do HIV, que funciona como antígeno. ▶

ENTREVISTA

Cármino Antônio de Souza

TECNOLOGIA SERÁ TRANSFERIDA A CUSTO ZERO

O custo total da fábrica a ser instalada em terreno da Fundação para o Remédio Popular (Furp), em Guarulhos, chega a US$ 22 milhões — incluindo projeto, construção, equipamento e recursos humanos — e es-tá sendo integralmente arado pelo governo de São Paulo. "O Estado gasta hoje cerca de US$ 6 a 10 milhões por ano para o atendimento de sua demanda, grande parte com a importação de albumina e dos fatores coagulantes utilizados pelos 1480 hemofílicos paulistas", informa Cármino Antônio de Souza, coordenador do Programa Estadual de Sangue.

A tecnologia a ser utilizada pela indústria, segundo ele, será transferida "a custo zero" pelo Centro Nacional de Transfusão Sangüínea de Paris–Lile, que vai assessorar o Governo de São Paulo na implantação da indústria e treinamento de pessoal. Além de atender a demanda específica da Hemo–Rede paulista, Cármino prevê que a indústria estará integrada à rede de hemocentros de outros estados através do Sistema Único de Saúde, recebendo matéria–prima e fornecendo os derivados.

ENTREVISTA

Mariza Morgado

MAIOR PROBLEMA É A CAPACIDADE DE MUTAÇÃO DO VÍRUS

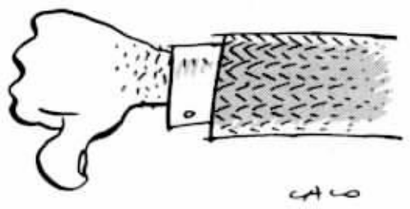
Reconhecendo a importância de várias pesquisas que estão sendo desenvolvidas em diferentes países em busca de uma vacina contra a Aids, utilizando, entre outros métodos, seqüências de proteínas da superfície do próprio vírus, a pesquisadora Mariza Morgado, responsável pelo Laboratório de Aids e Biologia Molecular do Departamento de Imunologia da Fundação Oswaldo Cruz, disse que o principal problema para a eficácia de uma vacina contra a doença é a capacidade de mutação do vírus HIV. Segundo ela, o vírus sofre alterações com enorme facilidade, havendo casos de pacientes aidéticos que apresentam várias populações virais circulando no organismo ao mesmo tempo.

Mariza Morgado revelou que os pesquisadores de vários departamentos da Fiocruz estão empenhados no Programa de Caracterização dos Isolados Brasileiros de HIV. O trabalho conjunto busca isolar um número significativo de amostras dos vírus que estão circulando, visando definir uma tipagem molecular do vírus da Aids e identificar regiões virais que possam servir de antígenos.

Tal trabalho poderá significar uma grande contribuição brasileira à rede mundial de isolamento e caracterização do vírus da Aids, que está sendo criada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), objetivando criar um gigantesco banco de dados com informações detalhadas sobre os microorganismos de todo o Planeta, em busca de um "coquetel", que reúna antígenos capazes de criar uma vacina–padrão contra a Aids. A Fundação Oswaldo Cruz recebeu convite para integrar a rede, devendo se transformar no seu único braço latino–americano.

ASSISTÊNCIA ▶

FALÊNCIA ATINGE UM PROGRAMA MODELO



O Programa Especial de Saúde da Baixada Fluminense (Pesb), destinado a atender a população dos Municípios de Nova Iguaçu, Caxias, Nilópolis e São João de Meriti e considerado pelas próprias autoridades uma das maiores realizações do Governo Moreira Franco na área de saúde do Rio de Janeiro, está praticamente indo à falência. Não há médicos suficientes para atender às necessidades locais e as unidades mistas (ambulatórios e emergência), bem como os 14 mini-postos de saúde não têm como funcionar, por falta de material, limpeza, segurança e equipamentos, segundo os moradores da região.

GOLDEN CROSS

JUSTIÇA IMPEDE "MARACUTAIA"

Duas liminares judiciais beneficiaram os participantes de Planos de Saúde da Golden Cross no Rio de Janeiro e em São Paulo. A primeira delas foi concedida pela Juíza Maria Salete Camargo, da 6ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, que suspendeu a transformação da empresa de assistência médico–hospitalar em seguradora, atendendo a ação cautelar impetrada pela Procuradora da República, Ana Lúcia Amaral. Pela liminar, a transformação fica suspensa pelo menos até que a empresa explique porque a fez e quais são os direitos do usuário na nova condição.

No Rio de Janeiro, o Juiz da 26ª Vara Cível, Waldir Ramos Cavalcante, também concedeu liminar impedindo que a Golden Cross cancelasse unilateralmente, conforme chegou a anunciar, os contratos de planos de saúde, oferecendo aos associados a possibilidade de se tornarem associados da Golden Cross Seguradora, arcando com aumento do preço das mensalidades em muitos casos superior a 100%.

ENTREVISTAS

Ivone Lecas

PARA A COMUNIDADE, PROGRAMA É VIÁVEL

— A situação a que levaram o Pesb faz parte de um processo político de desestruturação de tudo que é público e que mostrou condição de dar certo, com a participação da comunidade. Quem afirma é Ivone Amed Lecas, integrante do Conselho Comunitário de Saúde de Nova Iguaçu, que atua na região desde 1980 e congrega, atualmente, 160 entidades, entre associações de moradores e sindicatos.

Segundo ela, das cinco unidades mistas previstas para Nova Iguaçu, apenas três estão funcionando precariamente, o mesmo ocorrendo em relação aos mini-postos locais, que foram reduzidos quase à metade.

— Estamos comprometidos com um movimento articulado entre as entidades de Nova Iguaçu, Caxias, Nilópolis e São João de Meriti, capaz de mobilizar os moradores destas regiões para pressionar e buscar o diálogo junto às autoridades da área de saúde, exigindo soluções que garantam a continuidade e ampliação do Pesb, programa que surgiu da própria comunidade e demonstrou, na prática, a sua viabilidade. É importante que as unidades mistas funcionem, pois assim o morador não precisa sair de seu bairro para buscar assistência à saúde. Para isso, entretanto, é preciso resolver os problemas existentes, como a falta de medicamentos, a reposição de equipamentos e, principalmente, a situação salarial dos profissionais, já que os baixos salários são o motivo da verdadeira **deserção** dos mesmos — acentuou Ivone Amed Lecas.

Maria Manoela dos Santos

SECRETÁRIA RECLAMA DE DECISÃO FEDERAL

A Secretária Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, Maria Manoela Alves dos Santos, admite as dificuldades existentes em relação ao Pesb, garantindo, entretanto, que estas decorrem, principalmente, da falta de recursos financeiros e de uma decisão federal, "que mudou critérios que vinham sendo adotados até recentemente". Segundo afirmou, "o Ministério da Saúde proibiu que o Estado utilize recursos do SUS (Sistema Único de Saúde) para pagamento de pessoal, levando a Secretaria a absorver os profissionais deste Programa, anteriormente contratados pelo Instituto Vital Brazil, passando–os para a administração direta, pagos com recursos do tesouro estadual, o que resultou numa grande defasagem salarial para os mesmos".

Tal mudança na situação funcional dos profissionais do Pesb, conforme explicou a Secretária, significou o rompimento dos contratos de trabalho existentes através do Vital Brazil, que não permitiam transferências desses recursos humanos para unidades de outras regiões e garantia uma melhor remuneração para os mesmos. Ela disse que após a incorporação aos quadros do Estado — que considerou a validade do concurso a que eles foram submetidos à época da contratação pelo instituto — vários profissionais pediram demissão ao mesmo tempo em que os demais realizam uma espécie de greve branca, protestando contra a defasagem salarial.

MÉDICOS REPROVADOS ▶

APENAS A PONTA DO ICEBERG

A Associação Paulista de Medicina e o Conselho Regional de Medicina de São Paulo realizaram exame de qualificação em 1.087 médicos recém–formados e reprovou 656 deles (60% dos candidatos). Embora, na prática, estes resultados não tenham conseqüências para os que levaram "bomba", já que o exame é facultativo e não impede o registro do médico para o exercício profissional, o CRM de São Paulo pretende lutar para torná–lo obrigatório, segundo afirma seu Presidente em exercício, o médico Assaf Hadba.

ENTREVISTA

Ivan de Araújo Moura Fé

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA É CONTRA OS EXAMES

— O exame de médicos realizado pela Associação Paulista de Medicina e o Conselho Regional de Medicina de São Paulo é um remédio que não resolve a doença, uma vez que não soluciona as deficiências do ensino médico e muito menos a má assistência decorrente, entre outros fatores, do sucateamento da rede pública de saúde.

A declaração é do Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Ivan de Araújo Moura Fé, explicando a posição do órgão, contrária às provas de qualificação realizadas conjuntamente pelas duas entidades paulistas.

O dirigente do CFM disse que o Conselho e outras entidades estão discutindo as deficiências do ensino médico, visando enfrentá–las e corrigi–las com uma série de medidas, "que incluem a avaliação das escolas de medicina, com discussão de currículos e avaliação da situação funcional dos professores, considerando os baixos salários e as precariedades das condições de trabalho desta categoria", observou.

— Estes debates têm apontado para a necessidade de maior investimento de recursos financeiros nas escolas de medicina, demonstrando, portanto, que o problema é bem mais grave, não sendo, por isso mesmo, possível resolvê–lo na avaliação pura e simples da qualificação dos médicos — acentuou Ivan de Araújo Moura Fé.

AGROTÓXICOS

ADUBO CORRÓI MULHERES DA CANA

O uso indiscriminado de adubo químico nos períodos de safra da cana–de–açúcar vem fazendo estragos, muitas vezes irreversíveis, á saúde das mulheres que trabalham nos canaviais de Cruz do Espírito Santo, um pequeno município a 25 quilômetros de João Pessoa (PB). Por ser mais barata, a mão–de–obra feminina é a preferida para aplicar o produto. Para ganhar entre Cr$ 1 mil e Cr$ 1,5 mil por semana, as trabalhadoras despejam mais de 1.500 quilos de adubo químico semanalmente, sem qualquer tipo de proteção. Os dedos ficam em contato com o composto químico que, na presença de qualquer umidade, inclusive suor, derrete e provoca uma reação ácida.

Como conseqüência, as trabalhadoras são atacadas por alergias, erupções na pele, infecções purulentas e até queda das unhas. Como se não bastasse, são obrigadas a carregar os sacos de adubo, com 50 quilos, e acabam com sérios problemas de coluna e nas articulações.

TRABALHO

LEUCOPENIA AVANÇA EM CAMAÇARI

Segundo a bióloga Moema Gramacho, diretora do Sindicato dos Petroquímicos de Camaçari (BA), agrava–se o quadro de doenças profissionais entre os trabalhadores do Pólo Petroquímico daquela região. Lembrando as mortes de operários ocorridas no ano passado, por intoxicação de benzeno e em decorrência de leucopenia (doença que causa a redução dos glóbulos brancos do sangue, reduzindo a capacidade de defesa do organismo), a sindicalista afirmou que 20% dos 4.500 empregados da Copene, Ciquine, Nitrocolor e Nitrocarbono que se submeteram a exames hematológicos, apresentaram taxas inferiores a 5.000 leucócitos, provocando suspeita de que muitos já estejam com a doença. A DRT solicitou a repetição destes exames, enquanto a entidade aguarda a avaliação hematológica dos 50 mil operários de Camaçari (das indústrias instaladas e das empreiteiras), conforme fora determinado pelo Ministério da Saúde.

VIGILÂNCIA ▶

COMO SE PROTEGER DOS REMÉDIOS

A automedicação e o uso indevido de remédios e medicamentos com prazos de validade vencidos foram responsáveis, em São Paulo, por mais de quatro mil casos de intoxicação em um ano. Diante disso, o Procon/SP lançou uma cartilha alertando a população sobre o problema, inclusive sobre a chamada **empurroterapia**, hábito desenvolvido por balconistas de muitas farmácias que **empurram** outro remédio, quando o procurado está em falta.

DOCUMENTO

OS CUIDADOS, PRAZOS E IRREGULARIDADES

A cartilha alerta a população no sentido de que qualquer irregularidade em medicamentos pode ser denunciada ao próprio Procon, ao Conselho Regional de Farmácia ou, ainda, ao Departamento de Vigilância Sanitária da respectiva cidade e frisa: "estas entidades podem tomar as providências necessárias, que variam de troca do medicamento à instauração de processo ético contra o farmacêutico responsável pela farmácia. Zele pelo seu bolso e pela sua saúde".

O Procon também recomenda alguns cuidados antes da compra de medicamentos: Observe se o nome do remédio corresponde ao que foi receitado; se a embalagem corresponde ao produto que está dentro dela e se está em boas condições (limpa, legível e sem violação). Todo remédio industrializado deve ser registrado na Dimed (Divisão de Medicamentos do Ministério da Saúde, encarregada de testar e autorizar a comercialização). Já os remédios manipulados (preparados nas farmácias) não precisam de registro da Dimed. Observe, ainda, se a dosagem recomendada está correta. Compre apenas a quantidade necessária ao tratamento e verifique se o remédio tem bula.

Em relação aos prazos, o Procon faz um alerta específico: quando for comprar, observe bem se os prazos de fabricação e validade não estão vencidos. Caso estejam, não aceite o produto e denuncie a irregularidade. Outros problemas também têm que ser observados. Segundo a cartilha, "há farmácias desonestas que vendem amostras grátis, colocando etiquetas de preços sobre os dizeres **amostra grátis**. Ao tomar injeções, exija que a seringa e a agulha sejam retiradas da embalagem na sua frente. Muitas farmácias reutilizam seringas, prática muito perigosa na transmissão de doenças, inclusive a Aids".

FITOTERAPIA ⇒

A NATUREZA FALSIFICADA

Três em cada dez produtos naturais vendidos no mercado como medicamentos, analisados pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Unesp de Araraquara (SP), estão falsificados. Segundo o diretor do Departamento de Farmacologia da Faculdade, José Jorge Neto, a falta de fiscalização de todos os medicamentos à base de plantas utilizadas pela fitoterapia e pela homeopatia prejudica os pacientes, já que muitos são ineficazes. Entre os mais falsificados — através da substituição ou adulteração das plantas — estão aqueles feitos à base de beladona, jaborandi, frângula, óleo de amêndoas e guaraná em pó.

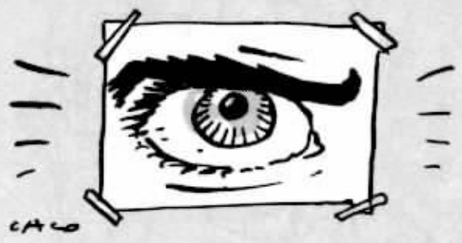
ENTREVISTA

Eduardo Martins

FIOCRUZ SE PREPARA PARA REALIZAR CONTROLE DE QUALIDADE

"No Brasil não existe uma legislação sobre produtos naturais, não há uma fiscalização e falta um sistema de controle de qualidade que garanta a existência de uma dose terapêutica mínima nos produtos naturais colocados no mercado como medicamentos", avalia o farmacêutico Eduardo Martins, diretor de Far–Manguinhos, unidade da Fiocruz responsável pela produção de fármacos e medicamentos.

Para que o controle seja eficaz, segundo ele, é preciso que se amplie o conhecimento atual sobre o princípio ativo de cada planta, ou seja, a substância química nela contida que



tem o efeito terapêutico. Com o início do funcionamento, ainda este ano, do Laboratório de Pesquisa de Produtos Naturais, em construção no campus da Fiocruz, pesquisas com as plantas mais utilizadas pela população poderão determinar o princípio ativo e desenvolver metodologias analíticas para o controle de qualidade e até chegar a formulações farmacêuticas possíveis de serem colocadas em utilização pelos serviços de saúde.

SEM CONTROLE

INFECÇÃO HOSPITALAR MATA 40 MIL POR ANO

A infecção hospitalar é responsável pela morte de cerca de 40 mil pessoas por ano no País, segundo dados do Colégio Brasileiro de Cirurgiões. Em São Paulo, a porcentagem de infecções em relação ao número total de pacientes internados tem permanecido em torno dos 6% desde 1988, de acordo com o acompanhamento feito pela Secretaria Estadual de Saúde, quando o desejável seria uma queda para cerca de 3%.

Na opinião do Presidente da Associação Paulista de Estudos e Controle de Infecção Hospitalar, Antônio Tadeu Fernandes, a luta para a redução destas taxas no País é dificultada por desinformação dos hospitais, falta de fiscalização por parte dos órgãos competentes, inexistência de lei que obrigue os hospitais a controlar a infecção, ausência do tema no currículo dos cursos da área de saúde e despreparo de médicos e outros profissionais.

MALÁRIA

NÚMERO DE CASOS VOLTA A CRESCER

A incidência da malária vem aumentando nos estados do Maranhão, Amazonas e Rio Grande do Sul. Com um índice de 10,6 casos por grupo de mil habitantes, o Amazonas pode experimentar um novo surto da doença, segundo o chefe de epidemiologia da Sucam/Funasa do Estado, José Alberto da Costa, devido à falta de aplicação de inseticida para matar o mosquito que transmite a doença ao homem.

No Maranhão, o aumento de 33.785 casos em 1989, para 38 mil em 1990, também é atribuído à falta de recursos, funcionários e inseticida pelo chefe de operações de campo da Funasa, Pedro Souza Tavares. A maior incidência da doença no Estado se dá entre garimpeiros maranhenses que vão trabalhar no Pará e retornam contaminados.

Já no Rio Grande do Sul, 20 casos de malária foram registrados em 1988, outros 27 em 1989; e 30 em 1990. De acordo com o diretor da 11ª Delegacia Regional de Saúde, Nilson Zaffari, os doentes se contaminaram em regiões de garimpo na Amazônia, já que o mosquito transmissor não existe no Estado, impossibilitando a transmissão da malária para outras pessoas.

FUMACÊ

OS EFEITOS COLATERAIS

Cerca de 50 milhões de abelhas estão migrando e deixando para trás 5.000 colméias e muito mel nos municípios paulistas da região de Ribeirão Preto, segundo observação do presidente da Associação dos Criadores de Abelhas Melíferas da região, Manoel Tavares Ferreira. A explicação para o fenômeno — que deverá afetar o cultivo de laranjas e outras lavouras que dependem da abelha para a polinização —, pode ser uma fuga provocada pelos inseticidas usados para combater o mosquito da dengue, avalia o professor David Dejong, do Departamento de

Genética da USP em Ribeirão Preto. Veterinários de Niterói, no Rio de Janeiro, têm atribuído ao inseticida Melatol, irritações em mucosas, diarréias hemorrágicas e até mortes em cachorros.

DENGUE

MAIS CASOS QUE EM TODO O ANO PASSADO

Até a 5ª semana de 1991, o Estado do Rio de Janeiro já registrava 27.051 casos de dengue, número maior que o registrado em todo o ano passado, que ficou em torno de 20 mil casos notificados. A epidemia persistia em mais quatro estados: Ceará (2.469 casos notificados); Alagoas (113 casos): Mato Grosso do Sul (848 casos) e São Paulo, que até a 3ª semana do ano registrava 3.372 casos. No município do Rio de Janeiro os casos notificados chegavam a 19.658, sendo 367 de dengue hemorrágica. ▼

ENTREVISTA

Carlos Catão

MINISTÉRIO PRIORIZA AÇÕES EM 15 MUNICÍPIOS

A decisão política do Ministério da Saúde para a estratégia de combate à dengue é priorizar as ações em 15 municípios onde, além da grande infestação do mosquito Aedes aegypti, estão sendo registrados os mais altos índices de transmissão: Fortaleza, Maceió, Campo Grande (MS), a cidade do Rio de Janeiro e outros 11 municípios fluminenses. Nestas áreas, consideradas como de prioridade um pelo Ministério, será desenvolvido um Programa de Intensificação de Controle, com a duração de seis meses, que já tem destinadas verbas no valor de Cr$ 18 bilhões, a serem investidos maciçamente em pessoal, equipamento e insumos para o controle do mosquito.

A informação é do responsável pela Divisão de Vetores da Diretoria de Operações de Campo da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Carlos Catão, que coordena a recém–criada Comissão Nacional de Dengue, instituída pelo Ministério da Saúde e composta por técnicos do nível central e regional da Fundação, além de representantes das áreas de educação, comunicação social e engenharia sanitária do Ministério. Segundo ele, o Programa de Intensificação de Controle prevê ainda ações conjuntas de treinamento e informação junto a órgãos municipais de limpeza urbana e, com recursos adicionais do Ministério da Saúde, investimentos em divulgação pelos grandes veículos de comunicação e por formas alternativas de informação.

Catão explica que os municípios paulistas com altos índices de transmissão têm as ações de controle coordenadas diretamente pelo governo daquele Estado, mas que a Comissão Nacional poderá colaborar na medida em que for solicitada. No Estado do Rio, a Funasa vai contratar diretamente seis mil pessoas para o controle dos mosquitos. "Vamos ter uma ação maciça muito forte, neste primeiro momento, porque a situação ali está fora de controle, para depois passarmos a iniciativa para o Estado e os municípios", disse ele.

"ABRE ASPAS"

"Primeiro apodrece a unha, depois estoura os cantos e ela termina caindo. Quando a gente vem trabalhar não avisam nada. Depois, com o tempo, é que o problema aparece."

• Maurícia Joaquim dos Santos, 26 anos, trabalhadora rural nos canaviais do município de Cruz do Espírito Santo, Paraíba, explicando o que ocorre quando manuseia o adubo sem nenhuma proteção.

"Quando o adubo bate nos cortes da palha de cana, inflama e dá uma dor medonha."

• Luciene do Nascimento, 28 anos, companheira de Maurícia dos Santos, contando o que sente quando seus dedos entram em contato direto com o produto químico, que na presença de qualquer umidade, inclusive o suor, derrete e provoca uma reação ácida.

"A gente vê e sabe que faz mal, mas vai viver de quê se aqui não tem outro serviço?"

• Marlene Antônio dos Santos, 23 anos, companheira de Luciene do Nascimento no trabalho dos canaviais.

"A cana acaba com a gente aos poucos. Não é só com as unhas, não."

• Maria do Socorro Pereira, 25 anos, companheira de Marlene na usina.

"Antigamente dávamos uma concha para elas tirarem o adubo. Mas as mulheres exageravam na quantidade e gastavam demais. Aí nós tiramos."

• José Afonso Fernandes, administrador de uma das maiores plantações de cana–de–açúcar de Cruz do Espírito Santo (PB).

(Ver matéria na página 6)

AMAZÔNIA

INPE E NASA CONTRA DESMATAMENTO

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e a Nasa (EUA), através do projeto Pan–Amazônia, estão avaliando conjuntamente o desmatamento em toda a região Amazônica. Os dados relativos ao desmatamento em território brasileiro serão os do Projeto Desmatamento (Prodes), do Inpe, e os de outras áreas, da Nasa e de organizações

latino–americanas. O projeto Pan–Amazônia integra outro mais amplo de monitoramento de florestas coordenado pelo Inpe e pelo Centro Europeu de Pesquisas.

ECO–92

ONG'S CONSEGUEM MAIS ESPAÇO

Organizações Não Governamentais (ONG's) brasileiras ligadas à ecologia poderão participar dos trabalhos do governo relativo à II Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, a realizar–se no Rio em junho de 1992. A decisão, tomada em janeiro pela Comissão Intergovernamental (Cima), que está preparando o evento, atende parcialmente uma reivindicação das próprias ONG's, que serão representadas por uma delas, a ser escolhida pelo Ecoforum, espaço de debate criado por elas para tratar da conferência de 92. Apesar de poderem participar da formulação das diretrizes do evento, porém, elas não terão direito a voto nas decisões da Cima.

BAÍA DE GUANABARA

PLANO PREVÊ DESPOLUIÇÃO

A Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, poderá ser totalmente despoluída em 10 anos, se alcançada a meta do Projeto Ambiente–Rio. Para dar início à sua execução — com obras de tratamento de esgotos, recuperação de encostas, abastecimento de água e drenagem de rios —, o Governo Federal liberou, em janeiro, Cr$ 750 milhões para o governo estadual e outros Cr$ 250 milhões para a Prefeitura do Rio de Janeiro e prevê investimentos de Cr$ 151,3 bilhões até 1992. Atualmente, os 381 km² da baía, com dois bilhões de m³ de água, recebem dejetos de seis mil indústrias, sem qualquer controle, além de 1,4 tonelada — 20% de todos os lançamentos poluentes — de óleo, despejados diariamente pela Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), da Petrobrás.

EVENTOS

• **Congresso Internacional "Um Novo Olhar na Nova Era"**. De 28 a 31 de março de 1991 (Semana Santa), no Rio de Janeiro. Um debate sobre a saúde, a ecologia, o espírito, os paradigmas e as tecnologias da Nova Era. Inscrições e informações: Av. Rio Branco, 156 Grupo 2422 — CEP 20.043 — Rio de Janeiro (RJ). Tel. (021) 2202097 e Fax (021) 2202305.

• **XIII Congresso Brasileiro de Odontopediatria e I Congresso Goiano de Odontopediatria**. De 30 de maio a 2 de junho de 1991, no Palácio de Justiça de Goiânia (GO). Organização: Associação Brasileira de Odontopediatria — Regional Goiás. Apoio: Suds–Goiás.

• **IV Congresso Internacional sobre Malária**. De 13 a 17 de agosto de 1991, no Rio de Janeiro (RJ). Organização: Dr. Claudio Tadeu Daniel Ribeiro (Departamento de Imunologia do Instituto Oswaldo Cruz). Av. Brasil, 4365 — CEP 21.045 — Rio de Janeiro (RJ) — Brasil. Tel. (021) 2801486, Fax (021) 2801589 e Telex FUOC 21–32445. Promoção: Fundação Oswaldo Cruz.

• **VII Congresso Brasileiro de Toxicologia**. De 19 a 25 de outubro, em Niteroí (RJ). Local: Campus Gragoatá, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Inscrições: Av. República do Chile, 65/7º andar — Centro — Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20.035. Promoção: Sociedade Brasileira de Toxicologia e Sociedade de Toxicologia do Estado do Rio de Janeiro. Apoio: Programa Nacional de Informações Toxicológicas (Pronitox).

• **VIII Encontro Nacional de Administradores e Técnicos do Serviço Público Odontológico** (Enatespo–91). Tema central: "Construindo a Saúde Bucal Coletiva no Brasil". Local: Cidade de São Paulo (SP), de 21 a 25 de outubro de 1991. Comissão Organizadora: Av. Paulista, 2.198/ 4º andar CEP 01.410 — São Paulo (SP). Promoção: Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Maiores informações: (011) 2892720 ou 2841333 ramais 196 ou 199.